



**FUNDAÇÃO ALPHA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. OBJETIVO DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A Fundação Alpha de Previdência e Assistência Social, ora designada Fundação Alpha, em observância aos preceitos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”) e às disposições contratuais e práticas relativas ao sigilo e à confidencialidade adotados, declara, para os devidos fins, manter esta Política de Privacidade válida em seu site (<https://www.fundacaoalpha.org.br/>).

A Fundação Alpha respeita a privacidade dos dados pessoais, de seus usuários internos (colaboradores e dirigentes), fornecedores e prestadores, parceiros, participantes, assistidos e beneficiários e Instituidores. Nas operações de tratamento dos dados pessoais, a Fundação Alpha assegura total empenho de seus recursos intelectuais, técnicos, profissionais e de materiais para proteger estes dados pessoais e cumpre os controles de informação, de acordo com a legislação em vigor, nas práticas de governança e segurança da informação.

A Fundação Alpha assegura estar em adequação para consonância com as disposições contidas na LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), aqui designada LGPD que estabelece as bases legais para o tratamento de dados pessoais.

2. DOS DADOS PESSOAIS

Para efeitos desta Política, dados pessoais são quaisquer informações, de qualquer natureza e independentemente do suporte (incluindo som e imagem), relativas à pessoa natural identificada ou identificável, inclusive dados pessoais de crianças e adolescentes.

Nos termos da LGPD, “tratamento de dados” é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Os dados pessoais sensíveis são as informações relativas à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico dos titulares dos dados.

Os dados pessoais tratados são sempre coletados diretamente do titular de dados, mas não se limitando a nome, CPF, data de nascimento, sexo, estado civil, nacionalidade, filiação, endereço, telefone, e-mail para contato, vínculo empregatício, dados bancários, imagem, tributários, previdenciários e de saúde sempre que for considerado como necessário para o cumprimento do contrato ou de obrigação legal, contratual ou regulatória.

3. DOS PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

Todo e qualquer tratamento de dados pessoais, nos quais se incluem os dados pessoais sensíveis, no âmbito da entidade ou mediante solicitação desta, é realizado de acordo com as regras e procedimentos estipulados nesta norma à proteção de dados pessoais, pautadas na boa-fé, lealdade, respeito e transparência ao tratamento dos dados pessoais, e nos seguintes princípios:

- (i) Finalidade: os dados pessoais coletados e processados são utilizados para realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, não sendo utilizados de forma incompatível com tais objetivos;
- (ii) Adequação: os dados pessoais são tratados em compatibilidade com as finalidades informadas ao seu titular ou pertinentes ao contrato por ele firmado com a entidade, no contexto do tratamento realizado;
- (iii) Necessidade: o tratamento deve se limitar ao mínimo possível de dados pessoais indispensáveis à realização das finalidades objetivadas, observada a sua pertinência e proporcionalidade;
- (iv) Livre acesso: é assegurada aos titulares a realização de consulta facilitada e gratuita sobre os dados pessoais tratados, bem como sobre a forma e a duração do seu tratamento;
- (v) Qualidade dos dados: os dados pessoais tratados devem ser exatos, claros, relevantes e atualizados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade do tratamento;
- (vi) Transparência: é assegurado ao titular de dados pessoais o acesso a informações precisas e facilitadas sobre o tratamento de seus dados pessoais e os respectivos agentes de tratamento;
- (vii) Segurança: são aplicáveis para tratamento de dados todas as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- (viii) Prevenção: são aplicáveis para tratamento de dados pessoais todas as medidas técnicas, operacionais e contratuais adequadas para prevenir eventual ocorrência de danos ou riscos em virtude das atividades de tratamento de dados pessoais;
- (ix) Não discriminação: é vedada a realização de tratamento de dados pessoais para qualquer forma de discriminação ilícita ou abusiva;
- (x) Responsabilização e prestação de contas: está disponível ao titular de dados pessoais a demonstração da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância, o cumprimento e a eficácia das normas de proteção de dados pessoais.

4. DA FINALIDADE

Os itens a seguir descrevem os tipos e as finalidades para as quais a Fundação Alpha coleta dados pessoais:

(i) Serviços de atendimento: os dados pessoais são utilizados para finalidade de prestar serviços aos participantes, assistidos, beneficiários e qualquer outra relação com terceiros, incluindo responder dúvidas, questionamentos e sugestões. Usualmente, isso requer certas informações pessoais de contato e informações sobre o motivo dos questionamentos dos titulares, em relação aos interesses legitimados da Fundação Alpha, tais como, obrigações contratuais, legais e/ou determinação judicial;

(ii) Interesses legitimados: cumprimento de obrigações contratuais, legais, regulatórias e/ou determinação judicial, utilização de dados pessoais para atender ao contrato previdenciário, corrigir informações e conduzir verificação de identidade e outras atividades, inclusive, informações de pagamento;

(iii) Gestão de pessoas e administração geral: contratação e relação com colaboradores (inclusive autônomos, temporários e estagiários), recrutamento e seleção e, serviços gerais de infraestrutura predial e operacional;

(iv) Gestão de planos previdenciários: cadastro de adesão, alteração cadastral, pagamento de benefícios e simuladores, resgate e portabilidade, educação financeira e previdenciária, bem como relacionamento e atendimento de demandas de participantes, assistidos e beneficiários;

(v) Gestão financeira e de investimentos: administração de carteira de investimentos, contas a pagar e a receber e execução de contratos com fornecedores;

(vi) Gestão de infraestrutura e segurança da informação: gestão de banco de dados, site a autoatendimento, monitoramento de segurança da informação e sistemas;

(vii) Comunicação: ações de marketing, comunicação institucional e comunicação interna, suporte a viagens e eventos, internos e externos, campanhas de divulgação, educação previdenciária e endomarketing;

(viii) Representação institucional: suporte em nomeação, eleição, certificação, habilitação e representação de dirigentes, participação em eventos e colegiados deliberativos ou consultivos;

(ix) Outras finalidades em geral: de acordo com a legislação vigente, a Fundação Alpha poderá utilizar dados pessoais para outras finalidades gerais de negócio, como fazer manutenção na conta do titular, conduzir pesquisas internas, como, também, para gerenciamento e operação de nossas comunicações, de sistemas de segurança em Tecnologia da Informação e proteção de dados;

(x) Específicos: com obtenção de consentimento expresso do titular (quando necessário).

5. DA ADEQUAÇÃO

Para cumprimento das finalidades descritas no tópico acima, a entidade realiza tratamento de dados pessoais de usuários internos (colaboradores e dirigentes), fornecedores e prestadores, parceiros, participantes, assistidos e beneficiários e Instituidores, entre outros, nas seguintes hipóteses:

- cumprimento do regulamento dos planos de benefícios previdenciários (execução de contrato previdenciário);
- cumprimento de determinações judiciais;
- atendimento de exigências legais e/ou regulatórias;
- defesa em processos judiciais, administrativos ou arbitrais;
- atendimento aos legítimos interesses da entidade, respeitadas as expectativas, direitos e liberdades fundamentais dos titulares de dados, bem como observados estritamente os requisitos e as disposições prescritas na legislação aplicável ou;
- finalidades autorizadas expressamente pelos titulares de dados.

Adicionalmente, dados pessoais sensíveis poderão ser tratados para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias.

6. DA NECESSIDADE

O tratamento de dados limita-se ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados específicos.

7. DA CONSULTA E CORREÇÃO DOS DADOS

Os participantes e assistidos poderão, a qualquer momento, consultar e atualizar seus dados acessando na área restrita do participante, através do site: <https://www.fundacaoalpha.org.br/atualizacao-cadastral/> ou solicitar a alteração de seus dados pessoais nos registros da Fundação Alpha enviando e-mail para: alpha@fundacaoalpha.org.br.

8. DAS INFORMAÇÕES QUE ESTÃO AUTORIZADAS A SEREM PROCESSADAS PELA ENTIDADE

A Fundação Alpha está autorizada a coletar e processar os dados obtidos nas informações fornecidas pelos titulares previamente no site da Fundação Alpha, inclusive por meio de qualquer interação. Isto inclui (mas não se limita a) informações dos titulares fornecidas quando da realização do login para a utilização do site, subscrição de serviços disponibilizados, postagem ou envio de material ou solicitação de serviços adicionais.

A Fundação Alpha poderá, também, solicitar informações que reportem a um problema no site. No caso de contato através do site da Fundação Alpha, poderá ser mantido um registro dessa correspondência e qualquer informação contida nela.

9. DO ACESSO AOS DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais dos titulares, são acessíveis pelos colaboradores e prestadores de serviço da Fundação Alpha que deles necessitem para a realização de suas atividades na gestão dos planos previdenciários operados, que atuem diretamente em suporte ou interface com a entidade para atividades relativas à efetivação de contribuições, pagamento de benefícios e institutos ou atividades relacionadas à realização do contrato de trabalho e representação institucional.

Há acesso a dados de crianças e adolescentes, na qualidade de beneficiários dos participantes, que são tratados para possibilitar a concessão de benefícios e para fins de cumprimento de obrigações legais e contratuais.

São também acessíveis dados pessoais sensíveis dos participantes, assistidos e colaboradores para cumprimento de obrigações legais, regulatórias ou contratuais que demandem informações desta natureza, e, em casos tais, serão tratadas para as finalidades e nos limites objetivos da norma ou contrato aplicável.

A Fundação Alpha, no âmbito de sua atividade, também recorre a terceiros para a prestação de determinados serviços, que eventualmente implicam no acesso, pelos prestadores, a dados pessoais de participantes, assistidos, beneficiários e colaboradores. Nestes casos, a Fundação Alpha toma as medidas adequadas para assegurar que os fornecedores e parceiros recepcionem apenas os dados pessoais indispensáveis ao serviço ou atividade a ser realizada e que mantenham alto nível de governança e proteção de dados, além de sigilo e confidencialidade.

A Fundação Alpha atende as solicitações de disponibilização de dados feitas pelos titulares e informa a estes sobre o tratamento realizado. Os avisos de privacidade contêm o tipo de dado coletado, o fim para o qual foi coletado, com quem o dado foi compartilhado, as medidas de segurança e privacidade utilizadas e como o titular poderá acessar, corrigir ou solicitar a exclusão do dado. Também podem incluir, quando for o caso, informações sobre transferência internacional.

10.DA SEGURANÇA

As informações relativas aos dados pessoais serão armazenadas em servidores seguros, mediante senha confidencial que, permita o acesso a determinadas partes do site da Fundação Alpha.

A transferência, armazenamento ou processamento de informação pessoal coletada pela Fundação Alpha é protegida por medidas de segurança técnicas e administrativas razoáveis e adequadas.

Políticas internas, processos e boas práticas referentes à Proteção de Dados Pessoais são adotadas de modo a disseminar a cultura da Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

11.DOS DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

O titular dos dados pessoais tem o direito de solicitar a Fundação Alpha, em relação aos seus dados pessoais, a qualquer momento e mediante requerimento:

- (i) a confirmação sobre a existência de tratamento e o acesso, nos termos e condições legalmente previstos, aos dados pessoais que lhes digam respeito e que sejam objeto de tratamento;
- (ii) a correção ou atualização dos dados pessoais inexatos ou desatualizados;
- (iii) a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados, salvo quanto aos dados que sejam indispensáveis à execução das atividades pela entidade ou ao cumprimento de obrigações legais a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito;
- (iv) a oposição à utilização dos dados pessoais para fins que não sejam indispensáveis à gestão da Fundação Alpha ou do(s) plano(s) de benefícios administrado(s);
- (v) a revogação de eventuais consentimentos, nos casos em que o tratamento estiver fundado apenas no consentimento e o tratamento dos dados não for indispensável ao cumprimento de obrigações contratuais, legais e regulatórias pela Fundação Alpha;
- (vi) a informação sobre as entidades públicas e privadas com a qual houve o compartilhamento de dados pessoais;
- (vii) a portabilidade dos seus dados pessoais; e
- (viii) a informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa.

12. DOS SITES DE TERCEIROS

Ocasionalmente, o site da Fundação Alpha poderá conter links para acessar sites de redes parceiras e/ou prestadores. Em caso de seu acesso a qualquer um desses sites, você deve observar as suas próprias políticas de privacidade, pelas quais a Fundação Alpha não tem responsabilidade ou obrigação.

13. DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Poderá haver compartilhamento de dados pessoais com terceiros (fornecedores, prestadores de serviços e parceiros), nos casos em que sejam necessárias ou adequadas à luz da legislação aplicável, para assegurar interesses dos participantes, assistidos e beneficiários, para cumprimento de obrigações legais ou ordens judiciais ou, para atender solicitações e demandas de autoridades públicas.

Havendo o compartilhamento de dados pessoais, serão adotadas todas as providências razoáveis para a proteção dos dados pessoais, observadas as instruções impostas contratualmente, os preceitos da LGPD e os normativos internos de proteção de dados pessoais e segurança da informação, a fim de que haja garantias suficientes de execução de medidas técnicas e operacionais adequadas para a segurança e proteção dos direitos dos titulares dos dados.

Especificamente para o compartilhamento de dados pessoais sensíveis, não há o uso compartilhado destes dados com o objetivo de obtenção de vantagem econômica fora das hipóteses previstas na LGPD e nos casos de vedação ou regulamentação por parte da autoridade nacional. Tais dados são compartilhados, essencialmente, para permitir a adequada execução do contrato previdenciário, defesa em processo judicial ou quando consentido pelo titular de forma específica e destacada.

14. DO ARMAZENAMENTO, CONSERVAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis tratados são armazenados e conservados durante o período necessário à realização das finalidades que motivaram a coleta e tratamento de tais dados, bem como para cumprimento às obrigações contratuais, legais e em observância aos prazos prescricionais aplicáveis.

O período de conservação e armazenamento dos dados varia de acordo com o tipo de dado e com as finalidades para as quais as informações são utilizadas, sendo mantidos, em regra, enquanto existir relação jurídica do titular com a Fundação Alpha, exceto nos casos em que, por observância à requisitos e disposições normativas e legais, seja necessária a conservação por período superior, findo o qual os dados pessoais são eliminados, observada a tabela de temporalidade da Entidade.

15. DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL

A gestão da entidade e dos planos de benefícios administrados pela Fundação Alpha poderá implicar na transferência internacional de dados pessoais sobre sua gestão, especialmente em caso de ocorrência de participantes, assistidos ou beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, ou de contratação de empresas de tecnologia sediadas no exterior para infraestrutura e/ou suporte tecnológico ou uso servidor de dados, data center, sistemas ou rede localizado no exterior.

Nesses casos, a Fundação Alpha implementará as medidas necessárias e adequadas à luz da legislação aplicável para assegurar a proteção dos dados pessoais objeto de transferência internacional, em observância ao fiel cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados.

16. DO REGISTRO DAS ATIVIDADES DE TRATAMENTO

A Fundação Alpha manterá registro das operações de tratamento de dados pessoais que realiza, conforme previsto no art. 37 da LGPD, incluindo informações sobre a finalidade do tratamento, a forma e duração do tratamento, a identificação do controlador e do encarregado, bem como a descrição das medidas de segurança adotadas. Estes registros poderão ser solicitados pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, a qualquer momento.

17. DA POLÍTICA DE RETENÇÃO E DESCARTE DE DADOS

Os dados pessoais serão mantidos apenas pelo tempo necessário ao cumprimento das finalidades para as quais foram coletados, observado o disposto na legislação aplicável e na tabela de temporalidade da Fundação. Após o término do tratamento, os dados serão eliminados ou anonimizados, salvo nas hipóteses legais de conservação para cumprimento de obrigação legal ou regulatória, estudo por órgão de pesquisa ou transferência a terceiro.

18. DA RESPOSTA A INCIDENTES DE SEGURANÇA

Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a Fundação Alpha notificará a ANPD e os titulares afetados, nos termos do art. 48 da LGPD, com informações sobre a natureza dos dados comprometidos, as medidas técnicas e de segurança utilizadas, os riscos relacionados ao incidente e as medidas adotadas para mitigar seus efeitos.

19. DO RELATÓRIO DE IMPACTO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A Fundação Alpha elaborará, sempre que exigido, Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), nos termos do art. 38 da LGPD, contendo a descrição dos tipos de dados coletados, metodologia utilizada para coleta e garantias de segurança, além da análise do controlador com relação a medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

20. DO CICLO DE REVISÃO DA POLÍTICA

Esta Política será revisada, no mínimo, a cada 12 (doze) meses ou sempre que houver alteração relevante nos processos de tratamento de dados pessoais, ou em decorrência de nova orientação normativa da ANPD, garantindo-se sua constante atualização e conformidade com a legislação vigente.

21. DO ENCARREGADO (DATA PROTECTION OFFICER - DPO)

O Encarregado pelo Tratamento de Dados indicado pela entidade, como responsável pelo canal de comunicação entre a entidade, os titulares de dados pessoais (participantes, assistidos, beneficiários, dependentes, colaboradores, fornecedores, dirigentes e prepostos), partes interessadas e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, poderá prestar os esclarecimentos necessários sobre esta Política e sua aplicação, casos excepcionais e boas práticas a serem adotadas permanentemente por colaboradores, dirigentes, fornecedores e parceiros da entidade, que pode ser contatado pelo seguinte endereço eletrônico: weslley@fundacaoalpha.org.br e contato telefônico: (41) 3223-9320.

22. RESPONSABILIDADE

Todos os colaboradores e dirigentes são responsáveis por auxiliar na proteção dos dados pessoais e garantir a precisão e atualização desses dados, devendo sempre agir em conformidade com esta Política e contatar ao encarregado qualquer evento de não conformidade ou violação à Proteção de Dados.

Os colaboradores e dirigentes da Fundação Alpha assinam a declaração de aceite a Política de Privacidade de Dados e termo de confidencialidade, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de dados e suas atualizações.

23. APROVAÇÃO E ALTERAÇÕES

Esta política de proteção de dados pessoais da Fundação Alpha, consta aprovada na ata nº 237 da reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Fundação Alpha, realizada em 29 de abril de 2025.

CONSELHO DELIBERATIVO

Luiz Alberto Morselli Chaves
Presidente

João Carlos B. da Fontoura
Membro Titular

José Carlos Gomes Pereira Filho
Membro Titular

Roberto Carlos Rodrigues
Membro Titular

Sergio Luis de Oliveira
Membro Titular